

Introdução

O que está em causa não é a violência, é a crueldade. Violenta é toda a natureza. Para que eu coma meu filé, tenho que matar um boi. Nós, seres humanos, os tais seres racionais, inventamos a crueldade. Portanto, é sobre crueldade que deveríamos discutir. Quando começarmos a discutir sobre a crueldade, o problema da violência se resolve (José Saramago, 1997)²

O homem é cruel, sobretudo, em relação ao homem, porque somos os únicos capazes de humilhar, de torturar, e o fazemos com algo que deveria estar contra isso, que é a razão humana (José Saramago, 1996)³

A violência sempre esteve presente no mundo e torna-se cada vez mais visível no nosso cotidiano. A tecnologia e os meios de comunicação nos informam sobre o que ocorre no mundo diariamente, em tempo real. O cenário é de guerras, atos terroristas, confrontos étnicos, religiosos e políticos. São frequentes os episódios que envolvem a pedofilia, a discriminação racial, a agressão a homoeróticos, a negligência e maus-tratos a doentes mentais, só para citar alguns.

No Brasil, os jornais das grandes cidades noticiam com espantosa frequência a violência praticada nas famílias, muitas vezes com requintes de crueldade impensáveis. Além disso, já é quase banal, na nossa sociedade, a violência do tráfico de drogas. Os assaltos, homicídios, sequestros e atos de vandalismos expõem a população ao perigo diariamente. Ônibus são queimados e depredados. Arrastões em praias, túneis e nas ruas transformam o espaço público em uma arena de insegurança constante. Jovens de classe média agredem prostitutas e queimam mendigos. Nos estádios de futebol, as torcidas se enfrentam. Nas escolas, a prática do *bullying*⁴ tem sido crescente.

Embora a violência ocupe um grande espaço nos meios de comunicação, de modo geral, a atenção maior volta-se para a violência urbana. Episódios de violência doméstica ocupam pequenos espaços e, frequentemente, não tão

² Fala extraída do livro “As Palavras de Saramago”, pag. 148, SP: Companhia das Letras, 2010.

³ Fala extraída do livro “As Palavras de Saramago”, pag. 148, SP: Companhia das Letras, 2010.

⁴ Segundo a Cartilha do Conselho Nacional de Justiça (de outubro de 2010) *Bullying* é um termo de origem inglesa, utilizado para qualificar atos de violência (física ou não) que ocorrem de forma intencional e repetitiva contra um ou mais alunos que se encontram impossibilitados de fazer frente às agressões sofridas.

compatíveis com a extensão e gravidade das agressões praticadas. Há, certamente, razões que merecem ser investigadas para o fato de a violência doméstica não mobilizar as pessoas tanto quanto a violência nas ruas. É fato, porém, que os danos causados pela violência praticada na família são, muitas vezes, avassaladores e, tantas outras, irreversíveis. Que artifícios são esses que compõem as relações interpessoais que as tornam tão mais protegidas do julgamento e do olhar externo? Quando nos propomos a ouvir profissionais que lidam com crianças e adolescentes, geralmente, da área da saúde e da educação, somos tomados por espanto diante do repertório de histórias que eles têm para contar. Pesquisadores da saúde pública apontam que os alvos preferidos de agressão praticada na família são crianças, jovens, mulheres e idosos, nessa ordem.

Frequentemente nos deparamos com notícias sobre episódios de violência que envolvem pais, madrastas, avós em práticas de tortura e abusos que resultam inclusive na morte de crianças. Ironicamente, é na família que elas são festejadas quando nascem. Cada vez mais observamos que a gravidez e o nascimento dos filhos é motivo de muita celebração. A criança torna-se alvo de todo tipo de atenção até o seu nascimento, quase um fetiche. Nasce, torna-se real. Transforma-se em objeto do ódio, rivalidade ou indiferença da mãe, do pai e seus responsáveis. É vítima da sua intolerância e crueldade. Ante a violência que se volta contra ela, parentes, amigos, vizinhos muitas vezes se calam e se tornam espectadores passivos. Quando as agressões físicas tomam grandes proporções, há quem se perturbe a ponto de fazer uma denúncia. Já, as humilhações ou negligência não são tão frequentemente reportáveis. São, na maioria das vezes, menos visíveis ou mais escamoteáveis, muito embora os traumas que causam no psiquismo são, conforme aponta Zaluar (2005, p. 2) “tão ou mais graves e muitas jamais cicatrizam”.

A violência, segundo Marmo, “assume, muitas vezes, uma configuração autoritária, possibilitando situações de exercício de poder” (MARMO *et al.*, 1995, p.314). Seja qual for sua forma, ela é uma prática que viola as normas fundamentais da convivência entre as pessoas. O agressor assume uma posição de alienação em relação ao outro, isto é, o outro é seu objeto. Essa posição alienada o priva de experiências humanizadoras essenciais. A experiência da violência é uma prática que só pode ser explicada pela nossa incapacidade de usar a razão para defender a vida, tanto no plano coletivo quanto privado, conforme afirma o

escritor português José Saramago, segundo o qual, vivemos na violência e na delinquência por estarmos cegos da razão. A cegueira é a ausência da consciência social e ética, que nos torna menos humanos.

É com base nessas inquietações sobre essa questão que utilizo nesta pesquisa histórias contadas por educadores sobre a violência na família vivida por jovens e crianças, alunos das escolas públicas ou particulares onde trabalham ou trabalharam, geradas no contexto de entrevistas sociolinguísticas.

1.1

Perguntas de pesquisa

Partindo do ponto de vista de que há um entrelaçamento família e escola e que a experiência de nos tornarmos humanos nos ensina que somos passíveis de sermos acometidos pela cegueira, cabe investigar, por meio da análise da fala de educadores, até que ponto a escola é capaz de enxergar a violência que chega a e acontece nos seus domínios. Algumas questões se colocam: como os profissionais entrevistados concebem a violência e a explicam? Como eles percebem a relação entre as posições que ocupam como educadores e o tratamento da violência na escola? Ou seja, até que ponto eles demonstram por meio de suas falas estarem preparados para lidar com os casos de violência que observam nas suas práticas na escola? Ou até que ponto estão à mercê de um modelo tradicional e conservador de escola que ignora a vida social fora da sala de aula? E, finalmente, como os educadores percebem a relação entre Escola e Sociedade, Família e Estado?

1.2

Objetivos geral e intermediários

O objetivo maior desta pesquisa é tanto contribuir para a compreensão do fenômeno da violência, tendo em vista o entrelaçamento família- escola, como também para os estudos sobre a *performance* narrativa e a construção da identidade de professor na atualidade, considerando os desafios que enfrentam na atualidade. Para atingir esse objetivo, busco: i) analisar a percepção dos profissionais entrevistados sobre a violência familiar que atravessa os muros da escola, identificando os tipos de violência reportáveis e as razões atribuídas às

ocorrências; ii) analisar as performances narrativas dos educadores, observando os seus posicionamentos como entrevistados, com indivíduos no mundo, quer como profissionais, como pessoas e como cidadãos; e como atores que monitoram suas falas orientados por expectativas atribuídas a uma audiência projetada.

Essa compreensão possibilita pensar ações que possam aumentar a participação da escola na vida social e questionar o papel do Estado na sua atuação da esfera do interesse comum.

1.3

Motivação e relevância da pesquisa

Meu interesse pelo tema violência na família surgiu muito cedo, ainda adolescente. Sentia um profundo incômodo com o sofrimento de crianças e jovens que eram humilhados e privados do afeto dos pais. Percebia seu desamparo e o modo passivo como se submetiam às agressões tanto físicas quanto psicológicas, entregando-se resignadamente àquela sorte.

Certa vez, observava uma família que morava próximo a minha casa em uma cidade pequena do estado do Rio de Janeiro. A mãe lavava roupas. Batia quase diariamente no filho. Seus gritos de raiva, misturados ao choro desesperado do filho, eram angustiantes. Todavia, notava que normalmente a criança estava sempre agarrada à sua saia. Ficava intrigada, pois imaginava que seu impulso natural seria afastar-se daquela mãe que a maltratava. Mais tarde, pensando naquelas cenas, imaginei que aquele gesto de agarrar-se à saia da mãe simbolizava o desejo da criança de ser olhada, reconhecida e amada por ela. Insistia e aguardava que outra coisa, que não fosse aquele ódio, pudesse lhe ser oferecida. Afinal, para a criança, se esse amor lhe falta, que outro pode ela ter? Além disso, o que fazer quando o amor sagrado de mãe, difundido pela nossa sociedade, é negado?

Muitas vezes ouvimos dizer que não há mãe que não ame seus filhos e que o amor de mãe suplanta tudo. É incondicional. Coloca-se até em dúvida o amor do pai, garantindo-lhe, assim, um lugar secundário na vida dos filhos. Sobre isso, ao que parece, há muitos mitos, e eles são demonstrados nos índices de violência e nas histórias de sofrimento impostos aos filhos, crianças ou jovens de todas as classes sociais. Para Badinter (1981, p. 8), “a maternidade é, ainda hoje, um tema

sagrado. Continua difícil questionar o amor materno, e a mãe permanece, em nosso inconsciente coletivo, identificada à Maria, símbolo do indefectível amor oblatoivo”. Ela é pensada, muitas vezes, em termos de instinto, uma vocação natural para ser mãe, própria das mulheres. Um desejo de maternidade que torna toda a mulher propensa a ser mãe e a exercer os cuidados e zelos maternos. Desse ponto de vista, segundo Badinter (1981), a mulher não é somente feita para ser mãe, mas para ser uma boa mãe. Para a filósofa, essa idéia de que o amor maternal é natural, inato, alimenta-se no princípio de natureza boa. Esse princípio, de acordo com Badinter, baseia-se em uma teodicéia, que explica a natureza divina das coisas. Para justificar que a natureza faz bem as coisas e, assim sendo, tentar corrigir seus defeitos, é preciso defender sua causa, que é a causa de Deus. Assim, a natureza é boa e ela não faz nada em vão. “É em virtude dessa ‘natureza boa’ que se formula o seguinte silogismo: dado que a espécie sobrevive e que o amor materno é necessário a essa sobrevivência, o amor materno existe necessariamente” (BADINTER, 1981: 16).

Badinter finaliza assim o prefácio da edição de bolso do seu livro, ‘Um Amor Conquistado: o Mito do Amor Materno’:

É verdade que a contingência do amor materno suscita uma terrível angústia em todos nós. Incerteza insuportável que põe novamente em questão nosso conceito de natureza, ou nossa fé em Deus. Como pode o melhor dos mundos incluir, além do mal físico, moral e metafísico, a ausência possível do amor da mãe? Os crentes, e os amantes do determinismo natural e da ordem que o acompanha, dificilmente são capazes de admiti-lo. Não será, porém, chegado o momento de abrir os olhos para as perturbações que contradizem a norma? E mesmo que essa tomada de consciência da contingência ameace nosso conforto, não será necessário levá-la finalmente em conta para redefinir nossa concepção do amor materno? (BADINTER, 1981, p. 17).

A incondicionalidade do amor materno, um amor inquestionável e natural, se vê ameaçada quando se trata da violência na família. Ao contrário de maternal e protetora incondicional dos filhos, a mãe é agressora ou cúmplice passiva do pai, agressor. E onde ficam os filhos, vítimas dos seus algozes, de quem se espera amor e proteção, sobre todas as coisas?

Na nossa sociedade, os pais são para as crianças o porto seguro, seu norte. Eles lhes garantem a subsistência e a segurança, o que elas perdem apenas na passagem da adolescência para a fase adulta, quando vislumbram a possibilidade de lançarem-se na vida e buscarem seus próprios caminhos. A dependência da

família é mantida até então e, de certo modo, essa dependência permite o controle dos pais sobre os filhos. Esse controle é uma forma de poder exercida de diversas formas, muitas vezes de forma abusiva, na forma de violência de diversos tipos. A prática da violência na família decorre inclusive da dependência material, psicológica e emocional dos filhos em relação aos pais, que usam essa condição para transformá-los em objeto da sua agressividade.

Se no nosso imaginário, as relações interpessoais são pautadas no afeto e por isso acreditamos que o nascimento de um filho é fruto de um ato de amor e é garantia de amor incondicional, na prática, essa pretensão de amor universal, absoluto se mostra incerta, frágil e imperfeita, assim como o é todo sentimento, conforme afirma Badinter (1981). Para corrigir as imperfeições, a sociedade percebeu que precisa de códigos de conduta e de dispositivos legais que regulem o comportamento das pessoas, reprimindo suas motivações violentas. A existência desses dispositivos pressupõe a vigilância por parte da sociedade. Todavia, essa vigilância nem sempre é realizada. Quando se trata da repressão da violência intrafamiliar, ela assume um papel delicado, diferentemente da violência praticada em outras esferas. A família é, na cultura ocidental, um agrupamento de pessoas, ligadas por um grau de parentesco. Seus membros ocupam posições específicas e uma escala hierárquica. É o primeiro e o mais fundante grupo social da pessoa.

A Carta dos Direitos da Família, documento apresentado pela Santa Sé, em 22 de outubro de 1983, diz que

a vida humana deve ser respeitada e protegida absolutamente desde o momento da concepção e que pelo fato de haver dado a vida a seus filhos, os pais têm o direito originário, primário e inalienável de educá-los; por esta razão eles devem ser reconhecidos como os primeiros e principais educadores de seus filhos.

A compreensão e o exercício do direito dos pais em relação aos filhos dependem de uma série de questões subjetivas. No entanto a aquiescência da sociedade em relação ao poder parental transforma esse poder em um modelo semelhante ao *panopticon* que se transforma em uma metáfora de poder invisível. O poder dos pais lhes permite, por exemplo, o uso de câmaras ou outros dispositivos de controle sobre o movimento dos filhos. Sentem-se no direito de agredir, física ou verbalmente, quando são desobedecidos, ou por qualquer outra razão, até mesmo as mais fúteis. São abrigados entre quatro paredes que os

protegem do olhar externo e no interior das quais muita coisa pode acontecer, em nome do direito alienável de educar. Educar carece, portanto, de melhor explicitação, uma vez que muitos pais justificam a prática da violência como método de educação.

A sociedade, por sua vez, conhecedora dos códigos de ética, dos direitos civis, fecha os olhos para a violência intrafamiliar. Primeiramente, porque não se sente autorizada a interferir nessa micro organização onde vigora a lei dos pais, autoridade suprema. Além disso, há também o fato de que a violência praticada na família não ameaça o outro, fora dela. Diferentemente da violência urbana, o agressor na família não “me” atinge e não constitui um perigo para “mim”. O pudor da interferência, muito comum na nossa sociedade, fazia com que, até bem pouco tempo, profissionais da área de saúde e mesmo os educadores se mantivessem à distância, sob a alegação de que não lhes competia denunciar a família agressora. Hoje, os Estatutos da Criança e do Adolescente (2008) tornaram obrigatória a denúncia.

A relação do conselho Tutelar com a escola é bastante polêmica. Embora esse pareça ser um instrumento valioso para a escola pública, ele é, na maioria das vezes, ineficaz. Há uma fala recorrente dos profissionais (orientadores e diretores) de que o Conselho Tutelar, muitas vezes, não consegue atender às escolas, principalmente, porque há muita demanda e poucas pessoas trabalhando no atendimento. Além disso, as conselheiras recrutadas fazem trabalho voluntário e nem sempre estão preparadas para lidar com os problemas. Um outro ponto a considerar é que a escola pública, de modo geral, prioriza suas demandas internas, administrativas, pedagógicas e questões pontuais de indisciplina. Os problemas apresentados pelas crianças e adolescentes acabam sendo assimilados no cotidiano da escola. Muitas vezes, a escola se dispõe, no máximo, a ouvir os alunos. Certamente, a atenção aos problemas das crianças e adolescentes, sua gravidade, depende também de cada escola e do envolvimento dos professores em relação às questões que transcendem os problemas escolares.

A escola particular, por sua vez, cria seus próprios mecanismos. Normalmente, as questões são tratadas com o coordenador e a psicopedagoga e, finalmente, com a família. Algumas vezes os professores são envolvidos. Dependendo do caso, a escola aconselha os pais a recorrerem a profissionais como, por exemplo, terapeutas de diferentes abordagens. A indicação a

psicanalistas não é tão comum. A escola procura lidar com as questões internamente, resguardando os alunos, a família e resguardando-se. As ações dependem da estrutura, montada de acordo com o seu modo de entender a extensão da sua responsabilidade social com as questões que atravessam os seus muros.

É, pois, fundamental, colocar a violência intrafamiliar em discussão para que possamos vislumbrar uma sociedade mais comprometida, reflexiva, e, portanto, cada vez melhor. Esse questionamento pode contribuir para que as pessoas compreendam sua responsabilidade individual e social, esferas essas indissociáveis e dialeticamente orquestradas.

1.4

Por que a Escola?

“(…) a escola tem que aceitar que não está fora da sociedade, não é só um lugar aonde a criança vai para aprender. É preciso aceitar que as crianças chegam à escola com seus próprios problemas, sua própria cultura, e se tem que lidar com isso. Talvez a escola esteja muito fechada em si mesma. Exceto por alguns professores. É um debate bem antigo com professores que acham que a escola é um lugar onde se deve aprender gramática e matemática, e outros que acham que a escola deve dar as ferramentas para que os alunos encontrem seu lugar na sociedade, dar não só o conhecimento mas também o modo de pensar que o ajudará a levar a outro lugar. Quando o professor é mais durão, é mais fácil ficar atrás da mesa dizendo ‘copie isto’, ‘faça este exercício’. Agora, muitos professores estão cansados e talvez se recusem a assumir esse risco de ajudar as crianças a crescer”.⁵

Na nossa sociedade, a família é uma instituição que tem grande força de agregação e que tende a ser individualmente preservada. Assim, o que acontece em seu interior não é frequentemente acessível às pessoas fora dela. Há, de certo modo, um pudor das pessoas em interferir nos assuntos familiares, um sentimento de que é um terreno do outro e seus problemas lhe pertencem. Geralmente, a violência na família é tornada pública quando a pessoa que a sofre decide buscar alguma ajuda, ou, então, quando seus efeitos têm proporções dramáticas. Se, por um lado, a família pode ser resguardada no seu espaço privado, por outro, ela está

⁵ Trecho de fala de uma entrevista do diretor, Laurent Cantet, do filme “Entre les Murs”, baseado no livro do mesmo título, do escritor francês [Francois Begaudeau](#), co-roteirista e ator principal do filme. Retirado do site <http://g1.globo.com/Noticias/Cinema/0,MUL1039085-7086,00.html>, acessado em 8 de fevereiro de 2011.

inserida em um contexto social do qual não escapa. Ela possui dinâmicas próprias que, contudo, são influenciadas pela vida social. Assim o que ocorre no seu interior é influenciado pelas práticas sociais fora dela. Porém, cada grupo familiar extrai dessa experiência social aquilo que vai compor sua visão de mundo, suas crenças, seus estilos de vida, enfim, sua cultura como um pequeno grupo social. E nesse grupo, cada membro age em conformidade com os códigos dessa família ou resistindo a eles. E, no momento em que a criança é matriculada em uma escola, sua bagagem de história familiar ficará mais ou menos aparente, tanto no seu processo de aprendizagem quanto na sua convivência com as normas da instituição escolar, com seus profissionais e com seus colegas. A instituição escolar, por sua vez, será mais ou menos sensível à história pessoal do aluno, dependendo da visão que tem da posição que ocupa na fronteira escola e família.

A escola tem uma importância fundamental na vida das crianças, tanto no que diz respeito à socialização e à experiência coletiva quanto no processo de aquisição de conhecimento, autonomia e responsabilidade. Conforme apontam Fabrício e Moita Lopes (2004, p. 8), “a escola é o primeiro espaço social que possibilita uma exposição a outros mundos, a outras histórias, diferentes daquela da família, tendo, portanto, importância singular.” Assim, se por um lado ela se apresenta como um local de trocas de experiências e propicia o contato com as diferentes performances identitárias e visões de mundo, por outro, a vida familiar e seus conflitos têm normalmente reflexos imediatos na vida escolar do aluno. Quando exposta às exigências da escola, a criança reage a elas em conformidade com suas condições emocionais, psicológicas, afetivas, culturais e sociais. Assim sendo, de modo geral, as crianças e jovens refletem no seu desempenho escolar as dificuldades com as quais se deparam nas suas vidas. Expressam seu sofrimento de várias formas: ausências, apatia, agressividade, tristeza, isolamento, submissão, rebeldia, dificuldades em se relacionar ou até mesmo em ater-se às regras. Quando isso ocorre, a escola precisa agir como mediadora desses conflitos. Se estiver atenta, ela detecta, avalia e encaminha os problemas identificados. Caso contrário, ignora os problemas dos alunos e segue perseguindo seu único e maior objetivo que é cumprir um programa de ensino, a qualquer custo.

Há hoje, entretanto, um fator que a escola não pode deixar de levar em conta. A fronteira entre a esfera pública e a privada não é tão nítida quanto no passado. Isso muda as demandas em relação à escola, uma vez que a fronteira que

separa a família da escola é quase inexistente, o que requer novas práticas que contemplem os novos paradigmas. Há uma crescente transferência de papéis da família para a escola e isso exige dos professores novas competências e habilidades para que possam lidar com as novas questões. Diante dessa situação, urge repensar a organização das escolas, i.e, sua estrutura de funcionamento, seu currículo, os procedimentos em sala de aula e, principalmente, a formação dos profissionais que ali atuam.

O capítulo 2 trata de discussões teóricas que embasam a perspectiva macro desta investigação. A seção 2.1 é dedicada aos estudos sobre o momento sociocultural que vivemos e a posição da escola na atualidade, tendo em vista as transformações no mundo nas últimas décadas (BAUMAN, 2008, 2000, 1999; SOUZA SANTOS, 2008, 2006, 2004; VENN, 2000). A seção 2.2, trata do tema violência (BOURDIEU, 1975; CHAUI, 1998, 1996, 1984; MISSE, 2008, 2006, 1995; ZALUAR, 2005, 2001, 1992) do ponto de vista de estudiosos dessa questão tão complexa e de pesquisas realizadas na área de saúde pública a respeito da violência intrafamiliar (DESLANDES, 2001, 1994; GOMES 2002, 2000; MINAYO, 2008, 1999, 1998, 1994, 1993, 1990). A seção 2.3 volta-se para a visão de linguagem aqui assumida que contribuem para pensar a relação inseparável entre discurso e sociedade (BAKHTIN, 2000, [1929] 1999, 1986, 1981; FOUCAULT, [1979] 2002, [1975] 2001; [1971] 2001, 1995, 1988, 1986; WITTGENSTEIN, [1953] 1996).

O capítulo 3 tem como foco os pressupostos teóricos que orientam a perspectiva micro desta pesquisa. São eles: os estudos da narrativa, da fala em interação e da noção de posicionamento. Na seção 3.2 são discutidas as visões de narrativa (LABOV, 1972, 1967; BASTOS, 2008, 2006, 2005, 2002, 1999; BAMBERG & GEORGAKOPOULOU & GEORGAKOPOULOU, 2008; BAMBERG, DE FINNA & SCHIFFRIN, 2007; DE FINNA BASTOS & MOITA LOPES, 2010; SCHIFFRIN, 1996, 1984; TANNEN, 1989, 1987, 1980), considerando a *performance* narrativa (LANGELLIER, 2001; BAUMAN 1986; MOITA LOPES, 2009, MOITA LOPES & FABRICIO, 2005) como um modo de as pessoas construírem suas identidades (BASTOS & OLIVEIRA, 2006, 2004; BASTOS, 2005, 2004; 04; DE FINA, 2006; FABRICIO & MOITA LOPES, 2004, MOITA LOPES & BASTOS, 2010; MOITA LOPES, 2006; 2002, 2002a, 2001; SARANGI, 2010, 2008) e se posicionarem no mundo. A seção 3.3 trata da

noção de posicionamento (BAMBERG, 2004, 2002, 1999; MOITA LOPES & FABRICIO, 2004, MOITA LOPES, 2007, 2006, 2003, BAUMAN, 1990, 1986, 1977; HARRÉ & van LANGEHOVE, 1999, 1998) e das noções de enquadre e alinhamento e dos trabalhos de face (GOFFMAN, [1959] 2005, 1975) que os atores empreendem com objetivos específicos.

O capítulo 4 descreve a metodologia empregada para a análise dos dados, enfatizando que utilizo a perspectiva interpretativista (ERICKSON, 1986; Van MANEN, 1991, MOITA LOPES, 1994). Nesse capítulo, discuto a importância da entrevista como um método de geração de dados que nos permite conhecer e compreender o mundo social (MISHLER, 1989; GUBRIUM & HOLSTEIN, 2003). Descrevo o contexto da pesquisa, os contextos institucionais público e privado, os participantes da pesquisa e os procedimentos analíticos. O capítulo 5 e o capítulo 6 apresentam os resultados da análise. No capítulo 5, apresento a percepção dos educadores sobre a violência intrafamiliar que chega à escola. Na seção 5.1, identifico os tipos de violência considerados reportáveis nas narrativas que emergem na fala dos educadores durante a entrevista. Na seção 5.2, saliento as causas que os educadores atribuem à ocorrência dos fatos relatados. O capítulo 6 é dedicado à análise da *performance* narrativa dos educadores: na seção 6.1, analiso a relação entre o modo de construir a narrativa e o posicionamento do educador no evento discursivo – a entrevista e, a seção 6.2, focaliza a análise dos posicionamentos dos narradores *vis-à-vis* o seu papel de educadores e também dos seus posicionamentos como pessoas *vis-à-vis* a sociedade, ali representada pela família, escola, Estado, mídia. Na seção 6.3, descrevo os posicionamentos dos educadores *vis-à-vis* sua audiência, observando o trabalho de face que realizam, tendo em vista o modo como gerenciam suas representações para obterem o resultado desejado.

Observo que a relevância desta pesquisa é a sua contribuição em relação à formação dos educadores, a sua posição como profissionais responsáveis pela defesa da integridade física e psicológica dos alunos e, sobretudo, a importância da revisão do papel da escola no mundo complexo em que vivemos.